

# Superior Tribunal de Justiça

**AgRg no RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.111 - PR (2019/0281616-8)**

**RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**AGRAVANTE : P S K**  
**ADVOGADOS : GILSON BONATO - PR020589**  
**RONALDO DOS SANTOS COSTA - PR039877**  
**ISABELLA CRISTINA HECKE - PR095829**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ**

## DECISÃO

Trata-se de agravo regimental interposto por **P S K** contra a decisão mediante a qual indeferi o pedido liminar formulado nestes autos, por entender que o requerimento já foi analisado no HC n. 528.059/PR e, de lá para cá, não houve alteração que pudesse justificar nova análise.

Aqui, o agravante reitera os termos da inicial do recurso ordinário.

Destaca que o mandado de busca e apreensão contra ele expedido nos Autos n. 0001729-29.2017.8.16.0007 *reveste-se de nulidade absoluta, uma vez que concedido por juízo manifestamente incompetente* (fl. 631).

Busca, assim, a reforma da decisão atacada para que seja deferida a tutela de urgência.

É o relatório.

O agravo regimental é manifestamente incabível.

Ora, o Superior Tribunal de Justiça possui entendimento consolidado e reiterado no sentido de que não é cabível a interposição de agravo regimental contra decisão que, fundamentadamente, defere ou indefere o pedido de liminar em *habeas corpus* ou em recurso ordinário em *habeas corpus*. Nesse sentido, confira-se o AgRg no HC n. 377.926/SP, Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe 1º/2/2017.

Ademais, basta uma rápida leitura da decisão agravada e das razões recursais para se perceber que não foi rebatido o fundamento por mim adotado para indeferir o pedido liminar feito por **P S K**, a saber, o fato de o requerimento já ter sido analisado no HC n. 528.059 e, de lá para cá, não ter havido alteração no quadro fático-processual que

# *Superior Tribunal de Justiça*

pudesse justificar nova análise.

Vale registrar, porém, que a questão suscitada no *writ* será apreciada oportunamente pela Sexta Turma, após a oitiva do Ministério Público Federal.

Ante o exposto, **não conheço** do agravo regimental.

Publique-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator

